

24 de julho de 2009.

Sete funcionários e aposentados estão fazendo greve de fome em frente ao INSS da Rua Apodi – Rio Grande do Norte



Os servidores do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) entraram em greve de fome para se manifestarem contra a retirada de um ganho judicial, uma espécie de gratificação, que representava 84% do salário. Desde ontem (20), sete funcionários e aposentados do órgão pararam de comer e estão em frente à agência da Rua Apodi. Eles questionam como o governo pode desobedecer a uma decisão judicial e decretar o fim da gratificação por meio de um ato administrativo. "Nós, cidadãos, somos obrigados a cumprir a lei, porque não é acontece o mesmo com o governo?", indaga o grevista Nilo Dias.

De acordo com o diretor da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), Francismar Maia, 80% dos funcionários do INSS do Rio Grande do Norte passaram a receber seus contracheques com valores irrisórios. "Alguns servidores recebem o contracheque de R\$ 80, R\$ 14 e até negativo", informou.

O aposentado José Pedro do Nascimento, 60 anos, é protagonista de uma situação extrema: o seu contracheque possui o saldo negativo. O Governo federal também cobrou de volta o valor do ganho judicial concedido durante 15 anos. Ao lado disso, os empréstimos consignados contribuíram para o saldo negativo de cerca de R\$ 600.

Outro detalhe é que o próprio setor de recursos humanos do INSS emitiu uma declaração que atesta a crítica situação financeira do aposentado. "Eu mostro a declaração para quem vem me cobrar, mas eu tenho que ficar me escondendo das pessoas para não passar por velhaco", desabafou.

Ele não participa da greve de fome, porém, virá ao local todos os dias para saber como estão as negociações. "O problema é que eu venho aqui, mas só recebo notícia ruim", declarou. José do Nascimento possuía a renda principal em sua casa, onde sustenta a esposa e dois filhos. "O pior é que eu tenho um filho inválido", lamentou.

Precursor da iniciativa

"Além de tirar o ganho judicial, o governo agora está cobrando que foi pago. É um quadro desolador", disse Manoel Moura Filho, aposentado que realizou uma greve de fome há alguns meses. Ele precisa tomar cinco medicamentos todos os dias, sem contar com dois colírios. Sua pressão é constantemente monitorada.

A renda de Manoel Moura corresponde a 50% das despesas de sua família. "Eu moro com minha mulher e três filhos. Um deles tem um ano e dois meses e eu preciso criar esse menino", expôs.

Todos os problemas de saúde que se abateram sobre o aposentado o deixaram com uma aparência muito desgastada para os seus 49 anos de idade. Atualmente, as suas finanças agravaram a condição de sua saúde. "O governo Lula está fazendo é semelhante ao nazi-facismo", avaliou.

Fonte: Correio da tarde

Sete funcionários públicos do INSS fazem greve de fome em Natal

Desde a última segunda-feira, sete funcionários e pensionistas do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), fazem greve de fome. Eles estão acampando, das 8h às

18h, em frente a sede do órgão, na rua Apodi, em Natal. Os sete grevistas reclamam uma perda salarial referente a 84,32%, que tinham direito, por ordem judicial há mais de 15 anos, relativo a inflação acumulada durante a reforma econômica do então presidente da república Fernando Collor de Melo e que agora foi negado aos funcionários do INSS, que vinham recebendo através de ordem judicial, transitada em julgado.

"O percentual que o governo tirou de nosso contra cheque, sem ordem judicial, é um direito que conquistamos há mais de 15 anos, referentes a perdas de inflação que era regulada através dos 'famosos gatilhos' do governo José Sarney, e não podem ser retirados pela Advocacia Geral da União (AGU), já que recebíamos com o aval da justiça", reclama Manoel Moura Filho, um dos participantes do movimento. Ele diz que a perda atingiu "mais de mil famílias" que dependem desse percentual, no salário, para manterem suas famílias. **Em clima de protesto, os integrantes da greve disseram que só viram esse tipo de imposição na 'maldita' santa inquisição, na Idade Média e no Nazifacismo em meados do século XX.**

O Gerente do INSS em Natal, Edson Ranovato, diz que essa foi uma decisão da AGU, dizendo que a ação sobre o percentual que os funcionários vinham recebendo era ilegal e que já entrou em contato com a Gerência Geral em Brasília e está aguardando um pronunciamento sobre o caso. Ranovato diz que o Rio Grande do Norte é o único estado que vinha recebendo este ajuste do Plano Collo. "Nós somos os únicos que estávamos recebendo este percentual, agora julgado indevido. Mas, o sindicato da categoria está recorrendo sobre a decisão e agora é aguardar o andamento das negociações", explicou Edson.

Os grevistas, o sindicato da categoria e entidades civis que apoiam o movimento, marcaram um protesto para hoje, 8h, de frente a sede do INSS, na rua Apodi.

Fonte: Roberto Cavalcanti, da redação do DIÁRIO DE NATAL.

GIRO RÁPIDO - SERVIDOR EM AÇÃO

Greve do INSS: desconto em quatro vezes

Aos poucos, a Fenasps vai conseguindo amolecer o duro coração do ministro da Previdência e ontem obteve significativa vitória ao conseguir o parcelamento, em até quatro vezes, dos valores referentes aos descontos dos dias de greve. Agora, só falta mesmo é a instalação do Grupo de Trabalho para discutir as reivindicações dos previdenciários e da garantia de que, ao permanecer na antiga jornada de trabalho nenhum servidor sofra redução salarial. Para quem penou nesta greve, a Fenasps, pacientemente, sabedora da história e dos percalços advindos das lutas com os governos, vai se consolidando na resistência do legítimo sindicalismo brasileiro contra os antigos companheiros que se deixaram encantar pelo vil metal oficial.

Lula defende Sarney e Simon pede a renúncia

Por mais que a assessoria presidencial tente desdizer o dito ontem, Lula afirma que Sarney não cometeu crime algum em pedir emprego para o namorado da filha. Para Lula ficou evidente que o simples fato de atender a pedido da neta não configura violação ou crime de lobby. Já o senador Pedro Simon (PMDB/RS), uma das pouquíssimas reservas morais do país, entende que Sarney deva renunciar imediatamente. O fato mais grave vem do presidente, que por razões políticas, não deseja ver seu aliado numa situação vexatória ou como réu em ação judicial. Isso porque o apoio de Sarney e do PMDB deve ser decisivo para a eleição de Dilma Roussef em 2010 já que seu adversário José Serra se perde a cada dia em razão do seu costumeiro azedume humorístico. É de se lamentar que um presidente, para garantir a boquinha da companheirada de luta dos tempos de penúria, queira perpetuar no poder qualquer parlamentar que garanta apoio e votos, mesmo que sob a suspeita de corrupção. Para alguns ex-sindicalistas, é importante garantir o ganha-pão para uma trupe de mambembes mais afeitos ao come e dorme do que ao trabalho.

Número de greves é o maior desde 2004, segundo o Dieese

Foram 411 paralisações em 2008, a maior parte no setor privado. Crescimento econômico motiva reivindicações, diz estudo

G1/Globo.com

O Brasil teve no ano passado 411 greves no setor público e privado, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (23) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Foi o maior número registrado desde 2004, quando o órgão voltou a acompanhar o número de greves no país.

Para o Dieese, o forte crescimento econômico nos três primeiros trimestres de 2008 pode explicar o aumento no total de greves no ano. “Em geral, uma economia em crescimento proporciona aos trabalhadores contexto favorável para a ampliação de conquistas e a melhora da remuneração e condições do trabalho”, diz o estudo.

As greves no setor privado foram mais numerosas que as da esfera pública pela primeira vez desde 2004. Foram 224 greves na esfera privada, enquanto o setor público teve 184 paralisações. Houve ainda 3 paralisações conjuntas entre trabalhadores públicos e privados. Em 2007, haviam sido 161 greves no setor público e 149 na esfera privada, além de 6 greves conjuntas.

No entanto, o setor público foi responsável por uma parcela maior das horas paradas: 17.457, ou 71% do total, ante 6.984 horas paradas no setor privado. Só o funcionalismo público foi responsável por 68% do total geral de horas paradas em greves.

Reivindicações

No setor privado, a maior parte das greves, ou 44% do total, pedia reajuste salarial. Em segundo lugar estavam questões ligadas a auxílio-alimentação, com 31%. A terceira reivindicação mais frequente foi a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), com 24% do total.

Já no setor público, 50% das greves foram por reajuste de salário, seguido por questões ligadas a plano de carreira, com 36%.

Setores

Na esfera privada, o setor industrial respondeu pela maior parte das greves, com 132 paralisações. O setor de serviços teve 80 greves, enquanto o setor rural teve 11 paralisações.

Já na esfera pública, 155 foram no funcionalismo público, sendo 90 no âmbito estadual, 25 no federal e 28 no municipal, além de duas greves conjuntas de servidores estaduais e municipais. Outras 29 paralisações ocorreram em empresas estatais.

Segundo o Dieese, houve informações sobre participantes em 265 das 411 greves. Foram pouco mais de 2 milhões de trabalhadores que participaram desses movimentos, com média de 7.710 funcionários por greve. O maior percentual de grevistas (64%) foi identificado na esfera pública.

PONTO DO SERVIDOR – MARIA EUGÊNIA – JORNAL DE BRASÍLIA

Valores são preservados

Além disso, os servidores titulares de funções comissionadas inerentes ou vinculadas à lotação em determinados órgãos também externaram desconforto em relação à perda da situação funcional em que atualmente se encontram. Buscando responder a essas ponderações, foram feitas adaptações no ensaio anterior, formatando-se nova minuta, que, como sua antecessora, terá seu impacto financeiro e orçamentário examinado pela SRH. O novo procedimento preserva em seus níveis atuais os valores cujo cálculo acompanha o adotado para definição das funções comissionadas, mas mantém incólume o cuidado de equiparar a tabela remuneratória do Senado Federal com a do Tribunal de Contas da União em todos os casos. Assim, os servidores afetados pela eventual extinção de funções comissionadas terão o valor da gratificação de representação ampliada, compensando-se a diferença a maior com redução de idêntico montante na Gratificação de Atividade Legislativa (GAL).

Limite de gastos

O Ministério da Fazenda quer retomar as negociações com o Congresso para a aprovação, ainda este ano, de um limite máximo para o crescimento das despesas de pessoal. A ideia é aproveitar o projeto apresentado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), que estabelece teto de 2,5% para o crescimento real da folha de pagamentos de servidores da União. O limite pode ser elevado a 3%. Mas o objetivo do governo em insistir com o projeto é dar sinais de contenção desses gastos. Os

gastos crescentes com pessoal têm sido criticados por economistas do mercado e pela oposição. Na semana passada, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) também alertou para a necessidade "urgente" de estancar a expansão de despesas correntes do setor público. Mas, como o governo no passado já prometeu controlar despesas e não cumpriu, a iniciativa atual é vista com desconfiança. No total, os aumentos salariais concedidos pelo governo aos servidores desde o ano passado terão impacto estimado em R\$ 32 bilhões no orçamento, entre este ano e 2012. Atualmente, a folha consome cerca de R\$ 160 bilhões por ano.

Mantido teto para médicos

Sindicato dos Médicos do DF vai recorrer da decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal que negou liminar solicitada pela entidade para tornar sem efeito a Instrução Normativa 1, de 12 de junho de 2009, que dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório para os servidores do GDF estabelecido em R\$ 22.111,25, de acordo com a Lei Orgânica do DF. De acordo com a instrução normativa, todo valor que ultrapassar o teto salarial, quando cumulado com remuneração paga por qualquer outro ente da Federação, deverá ser descontado. O SindMédico/DF é contra. Na decisão, o relator da liminar, desembargador Mário Machado, reconhece o direito dos médicos de ocuparem dois cargos públicos, desde que seja observada a imposição prevista no teto remuneratório.

Informações na internet

Qualquer cidadão pode acompanhar pela internet os gastos realizados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal. O site Transparência do TJDF, pioneiro no Judiciário, está no ar desde dezembro de 2006. Nesses três anos de funcionamento o site, que é atualizado diariamente, agregou ao tribunal uma nova forma de gestão participativa. O TJDF foi o primeiro órgão do Judiciário a disponibilizar os dados relativos a compras e contratações, incluindo gastos e despesas com os cartões corporativos, suprimento de fundos, serviço e consumo, todos os convênios vigentes e anteriores, seus respectivos executores, doações e permissões de uso, licitações, atas de registro de preços, durante seu período de vigência. No site do TJDF é possível também encontrar todas as portarias, resoluções, editais, atas de sessões judiciais e administrativas. O email transparencia@tjdf.gov.br é um espaço disponível ao cidadão o envio de dúvidas e sugestões para melhoria permanente do link do sistema. Para acessar a página do Tribunal de Justiça do DF basta digitar www.tjdf.jus.br.

Servidor quer correção de outros benefícios

Os reajustes nos valores das diárias dos servidores públicos federais, entre 71 a 117%, dependendo da categoria e cargo, mas não chegaram ao ideal defendido pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) que, em conjunto com suas filiadas, pressionou muito o governo para que esses valores fossem assegurados. Aproveitando reunião que teve no Ministério do Planejamento, a Condsef voltou a pressionar fortemente para que os demais benefícios, como auxílio-alimentação, transporte, creche e contrapartida dos planos de saúde, sejam reajustados. O Planejamento assegurou que vai agendar reunião com a Condsef para tratar o assunto. A Condsef já encaminhou proposta formal ao Planejamento que foi apresentada também na 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública. A entidade e suas filiadas defendem a isonomia dos benefícios entre os três poderes. O abismo existente hoje, por exemplo, entre os valores do auxílio-alimentação pagos no Executivo, Legislativo e Judiciário é enorme. Enquanto um servidor do Executivo recebe em média R\$ 141 para se alimentar, no Legislativo esse valor é de R\$ 638. O reajuste nos benefícios dos servidores do Executivo está previsto em acordo.

BLOG DO SERVIDOR – LUCIANO PIRES – CORREIO BRAZILIENSE

Merreca para professor substituto

Em janeiro deste ano universidade federais colocaram na rua editais de concurso para a contratação de professores substitutos - acredite se quiser! - oferecendo salários de R\$ 383,22 para 20 horas. O blog escreveu sobre isso. Os jornais se tocaram em seguida.

O Ministério da Educação (MEC) reagiu, determinando que as instituições passassem a seguir uma tabela de modo a que nenhum professor ganhasse menos do que um salário mínimo (R\$ 465).

Um amigo enviou um e-mail contando que a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ainda não se adaptou. "Gostaria que postasse um novo comentário em seu blog: mesmo depois da lei 11.784, que reajusta os salários dos servidores ligados à Educação, um professor da Universidade Federal de Minas Gerais ainda continua ganhando R\$ 424", diz o leitor.

A UFMG confirma que ainda tem professor substituto ganhando merreca.

A lista tríplice dos auditores-fiscais

Os auditores-fiscais da Receita Federal querem que o próximo chefe do Fisco saia de uma lista tríplice sugerida pela própria categoria.

Haverá um encontro em Brasília em 7 de agosto que vai definir quando e como ocorrerá a votação.

O pessoal na Receita anda ocupado demais discutindo lei orgânica, regimento interno e sucessão sindical, mas muita gente diz que a lista é prioridade tanto para quem apoiava Lina Vieira, como para quem a atacava.

Parlamentares aprovam criação de 1.094 vagas no Executivo a um custo de R\$ 40 mi ao ano A maioria será preenchida por comissionados

Daniela Lima Correio Braziliense

Mesmo com a queda na arrecadação de tributos provocada pela crise econômica, o governo continua a patrocinar projetos que aumentam o tamanho da máquina pública, com novos cargos, funções e gratificações. No primeiro semestre, o Congresso aprovou duas propostas — à espera da sanção presidencial — que criam 1.094 cargos e funções no Poder Executivo, a um custo anual de R\$ 39,8 milhões. Uma análise das vagas mostra que o Planalto privilegiou a abertura de postos comissionados, que somam 669, ou 61% do total. Para a estrutura do Ministério da Pesca e da Aquicultura, por exemplo, foram destinados 225 cargos comissionados, além de vagas para acomodar o titular da pasta e dois secretários adjuntos. A estimativa é de que os novos postos do ministério custem R\$ 8,5 milhões por ano. No mesmo projeto, o governo aproveitou para ampliar a equipe da Fazenda em 12 cargos, ao custo de R\$ 1,1 milhão por ano. O Ministério da Integração Nacional e a Secretaria Especial de Direitos Humanos também foram beneficiados, com 16 e 66 cargos comissionados, respectivamente. O texto garantiu ainda a criação de oito funções comissionadas do Banco Central, com impacto estimado em R\$ 359 mil por ano, e de gratificações para a Presidência da República, com despesas anuais de R\$ 5,1 milhão.

O "inchaço", segundo expressão cunhada pela oposição, pode ganhar mais corpo até o fim do ano. Só na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara tramitam 15 projetos sobre cargos no Executivo. Seis deles abrem 142 vagas para comissionados. Para o líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO), a ampliação da estrutura pública reflete uma política populista. Levantamento realizado pelo Ministério do Planejamento revela que o número de cargos e funções comissionados saltou de 38.657 em 2003 para 59.942 em 2008.

"Quando o PSDB governou na crise, tínhamos aumento de impostos, de juros, e redução de gastos públicos e investimentos", rebateu o líder do PT na Câmara, Candido Vaccarezza (SP). Conforme o Correio antecipou no mês passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende discutir o tamanho da administração na eleição de 2010. A ideia é mostrar que a gestão petista reforçou setores como saúde e educação, e reajustou salários dos servidores, enquanto os opositores "sucatearam" o setor.

Beneficiados

O segundo projeto de interesse do Executivo aprovado no primeiro semestre criou o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), com 425 vagas efetivas no quadro de funcionários. O projeto conta ainda com mais 350 cargos comissionados e 69 funções comissionadas. O impacto estimado fica em R\$ 22,2 milhões por ano. A criação de cargos por projetos de lei também beneficiou o Judiciário. Sete propostas foram

encaminhadas à sanção, somando 899 cargos para tribunais regionais do trabalho. Desses, apenas 40 são comissionados.

Há ainda um oitavo projeto pronto para sanção. Ele cria 230 varas federais, que vão contar com 8.510 cargos e funções. A proposta inicial, feita em 2005, estipulava a criação de 400 varas. A expectativa, com base na previsão feita para o projeto inicial, é de que impacto seja de R\$ 310,5 milhões. Outros textos estão engatilhados para irem ao plenário do Senado no segundo semestre. Entre eles, a criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), aprovada pela Câmara.

Inserido no mesmo projeto está a instituição de 34 vagas de confiança para a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e o redimensionamento de 34 cargos efetivos do Ministério da Previdência. O volume de gastos é estimado em R\$ 39,5 milhões. Outras duas propostas de criação de cargos em tribunais regionais do trabalho já foram aprovadas na Câmara e aguardam apreciação do Senado.

» **Gastos sem fim**

Confira abaixo os cargos que foram e devem ser criados pelo Congresso Nacional:

Cargos já aprovados

- Dois projetos resultaram na criação de 1094 cargos para o Executivo. Desses, 669 são comissionados e 425 efetivos
- Para os tribunais regionais do trabalho, os parlamentares já aprovaram 899 cargos. Sendo 859 efetivos e 40 comissionados
- Também foi aprovada a criação de 240 varas federais. Elas contarão com a criação de 8.510 cargos e funções. Serão 230 cargos comissionados e 3.220 funções comissionadas. O impacto estimado pela criação dessas varas é de cerca de R\$ 310,5 milhões

Projetos em tramitação

- A criação da Previc, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, aguarda votação no Senado. Serão criados 200 cargos efetivos e mais 96 comissionados para compor sua estrutura
- No mesmo projeto também está prevista a criação de 34 cargos comissionados para a Susep, a Superintendência de Seguros Privados
- O Senado também deve decidir pela criação de mais 141 cargos de juiz para o TRT de São Paulo e dois cargos efetivos para o TRT da 8ª região
- O mais robusto dos projetos que criam cargos aguarda votação na Comissão de Trabalho Administração e Serviço Público. Ele cria 6.804 cargos e 3.675 funções comissionadas para o Ministério Público da União. O impacto previsto no Orçamento será de R\$ 762 milhões

» **Tramitação urgente**

A mais robusta entre as propostas que tratam da ampliação do número de cargos públicos tem como foco os diversos braços do Ministério Público da União (MPU). O Projeto de Lei 5.491, de 2009, está tramitando em regime de prioridade, e prevê a criação de 6.804 cargos e 3.675 funções para a estrutura do MPU. A estimativa do impacto no Orçamento é de R\$ 762 milhões por ano.

Para a criação de tantas vagas, a justificativa é o aumento de trabalho. “A crescente demanda por prestação jurisdicional ao longo dos últimos anos vem impondo intensa atividade que exterioriza, cada vez mais, a urgente necessidade de ampliação do seu quadro de servidores”, diz trecho do texto do projeto. No entanto, o projeto não traz números que demonstrem esse aumento na atuação do MPU. O Correio entrou em contato com a assessoria de imprensa do órgão, mas não obteve retorno. O projeto, de número 5.491/09, está sob a relatoria de Luciano Castro (PR-RR).

A maior parcela está destinada ao Ministério Público do Trabalho, que quer a implementação de 3.080 vagas para compor o quadro de analistas e para o efetivo de técnicos. O aumento dos gastos, se implementada apenas essa reivindicação, seria de R\$ 313,8 milhões. Já o Ministério Público Federal ficaria com 1.694 cargos de analista e 620 de técnicos. As demais vagas seriam divididas entre o Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do DF e o Ministério Público Militar. O PL encerrou o primeiro semestre aguardando parecer da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara. (DL)

Ex-sindicalistas ocupam cargos de gerência na Petrobras e recebem vencimentos de R\$ 40 mil

Amaury Ribeiro Jr – Correio Braziliense



Durante mais de 20 anos, um grupo de sindicalistas da Petrobras, ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), não hesitava em promover greves, fazer piquetes nas portas de refinarias ou até mesmo enfrentar a polícia durante as campanhas por melhores salários. Desde 2003, quando o PT assumiu o governo, o problema de salário não existe mais para esse núcleo de ex-petroleiros. Documentos obtidos pelo Correio/Estado de Minas comprovam que um grupo de pelo menos 20 ex-sindicalistas passou a receber da Petrobras e de empresas subsidiárias um salário médio de R\$ 40 mil — incluindo participação nos lucros da empresa. Esse valor corresponde a 45 pisos mínimos salariais da categoria, que está hoje em torno de R\$ 1 mil. Os vencimentos dos novos dirigentes da estatal, que variam de R\$ 30 a R\$ 60 mil, também estão bem acima do piso de R\$ 3 mil dos funcionários da empresa com nível superior.

Remanescentes da Federação Única dos Petroleiros, a FUP, uma organização trabalhista ligada à CUT, os ex-petroleiros foram acolhidos principalmente nos departamentos de Comunicação Institucional, de Recursos Humanos e de Gás da estatal. Os bons rendimentos da empresa levaram os ex-sindicalistas a trocar os megafones por ternos bem cortados, propriedades rurais no interior de São Paulo e apartamentos na Zona Sul do Rio. Nomeado no início do governo Lula para o cargo de gerente comunicação estratégica da Petrobras, o ex-dirigente do sindicato dos Petroleiros de Campinas Wilson Santarosa, que entrou na empresa como operador de refinaria, conseguiu fazer uma mudança ainda mais radical. Além de se transferir para um apartamento no Leblon, bairro nobre na Zona Sul do Rio, Santarosa conseguiu trocar o número do seu CPF — documento que indica, por exemplo, se o portador tem uma dívida praça. O número 907.370.248.87, usado por Santarosa nos tempos em que ele morava em casa na periferia de Americana, no interior de São Paulo, foi cancelado pela Receita Federal.

Identidade

De posse de uma nova identidade fiscal, Santarosa recebe hoje em torno de R\$ 704 mil por ano de rendimentos da Petrobras e da Petros, o fundo de pensão da empresa estatal, onde exerce o cargo de conselheiro. A papelada mostra que, em 2007, Santarosa recebeu da Petrobras a bolada de R\$ 557.519,38 entre salários e outros bônus. O montante, que não inclui o valor do 13º salário, indica que só da estatal Santarosa recebeu em torno de R\$ 45 mil por mês. O ex-sindicalista ganhou ainda cerca de R\$ 84 mil da Petros em 2007, elevando os ganhos para R\$ 641.516,48, o que deu rendimento mensal de R\$ 53.400.

Com o aumento de 9,8%, concedido ano passado a toda a categoria, os rendimentos de Santarosa chegaram a R\$ 704 mil por ano. Isso significa que em 2008, o ex-sindicalista recebeu renda mensal em torno de R\$ 60 mil. A fim de garantir o futuro da família, ainda conseguiu empossar sua mulher, Geide Miguel Santarosa, como ouvidora na BR Distribuidora. Ex-assessora do marido na Sindipetro de Campinas, Geide recebe cerca de R\$ 10 mil por mês.

Ligações de servidores com entidades que receberam verbas da Petrobras serão investigadas na CPI

Marcelo Rocha Correio Braziliense

Enquanto aguardam o fim do recesso para tentar investigar a Petrobras, ainda que em desvantagem numérica na comissão, os representantes da oposição no Senado rastreiam as relações de atuais e ex-dirigentes da estatal com entidades sem fins lucrativos. Uma delas tem como protagonista Heitor Chagas de Oliveira, ex-gerente-executivo de Recursos Humanos da empresa durante o primeiro mandato do presidente Lula e, atualmente, consultor terceirizado em RH do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)(1).

O nome de Chagas aparece vinculado também ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), entidade engajada no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para prefeituras. O Ibam recebeu da Petrobras cerca de R\$ 570 mil em patrocínios para a promoção de ações culturais e institucionais desde 2006. No instituto, com sede no Rio, o ex-gerente faz parte da Assembleia Geral, colegiado com 45 integrantes responsável pela análise de relatórios e prestações de contas da entidade. A função no Ibam é exercida por Chagas desde abril de 2005, quando ele já estava à frente da Gerência de RH da Petrobras. Até aquele momento, nos últimos nove anos, a entidade havia recebido recursos da estatal apenas em 2001, para um fórum sobre comércio e mudanças climáticas. A partir de 2006, no entanto, conseguiu dinheiro para turbinar uma de suas principais iniciativas: o Música no Ibam, projeto cultural realizado há 35 anos. No primeiro ano, foram R\$ 124,3 mil. No seguinte, foram embolsados mais R\$ 125 mil.

Iniciado no ano passado e em fase de finalização, o terceiro patrocínio desde 2006 está orçado em R\$ 322,5 mil, relativos ao programa de desenvolvimento de administrações municipais. Os patrocínios desembolsados pela Petrobras estão entre as linhas de investigação da CPI, que em agosto deve começar a funcionar. Sem nenhum representante no comando da comissão — a presidência e a relatoria estão nas mãos de petistas e peemedebistas —, os adversários do Palácio do Planalto tentam identificar o direcionamento de verbas públicas da empresa para beneficiar aliados e organizações não governamentais a eles ligadas. O consultor Heitor Chagas é servidor da Petrobras Química S.A. (Petroquisa), subsidiária da Petrobras, desde 1975. Em 2003, com a chegada de Lula ao Palácio do Planalto, foi nomeado para a Gerência-Executiva de Recursos Humanos. Quatro anos mais tarde, deixou o posto e passou a dirigir o RH da Petrobras Energia S.A., na Argentina. No ano passado, foi contratado como consultor terceirizado da Comperj, onde presta assessoria para dimensionar a mão de obra necessária ao empreendimento. Segundo a assessoria da estatal, ele é contratado pela Hope Consultoria, a quem cabe a responsabilidade por sua remuneração.

Doação

Uma pesquisa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pode dar uma pista sobre as ligações políticas de Heitor Chagas. Nos registros do TSE, ele aparece como doador de R\$ 2 mil à campanha derrotada ao Senado do petista Eduardo Dutra, candidato em 2006 por Sergipe. Dutra foi presidente da Petrobras entre janeiro de 2003 e julho de 2005. Atualmente, ele preside a Petrobras Distribuidora.

Procurado pelo Correio, o Ibam informou que os patrocínios respeitaram “os modelos adotados pela Petrobras e foram devidamente executados, com prestações de contas apresentadas na forma prevista nos próprios contratos”. A direção do instituto confirmou a condição de Chagas como integrante da Assembleia Geral e que, por força estatutária, “está impedido de receber qualquer remuneração”. Além disso, a assembléia não teria qualquer interferência direta na administração do Ibam. A Petrobras confirmou a realização dos convênios com o Ibam, sem fazer qualquer outro comentário sobre essas parcerias.

1 – PRODUÇÃO

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) será construído numa área de 45 milhões de metros quadrados localizada em Itaboraí, com investimentos previstos em torno de US\$ 8,38 bilhões. A produção de resinas termoplásticas e combustíveis

consolidará o Rio como centro de oportunidades de negócios no setor, estimulará a instalação de indústrias de bens de consumo que têm nos produtos petroquímicos suas matérias-primas básicas e irá gerar cerca de 212 mil empregos diretos, indiretos e efeito renda, em âmbito nacional.

Investigação

A CPI da Petrobras tem como missão apurar, no prazo de 180 dias, supostas irregularidades envolvendo a estatal e a Agência Nacional do Petróleo (ANP):

- Índícios de fraudes em licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, investigados na Operação Águas Profundas pela Polícia Federal
- Possíveis irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU)
- Desvio de dinheiro dos royalties do petróleo, que também foram investigadas pela PF
- Denúncias de fraudes investigadas pelo Ministério Público Federal envolvendo pagamentos e indenizações feitos pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a usineiros
- Denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de R\$ 4,3 bilhões
- Supostas irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal

Agora Sarney 'tem de renunciar', diz Simon

Agência Estado

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a pedir hoje a renúncia do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Na avaliação do senador gaúcho, após a divulgação feita ontem pelo jornal O Estado de S.Paulo de gravações de diálogos que mostram a ligação de Sarney com a edição de atos secretos no Senado, não há mais condições de o peemedebista continuar à frente da Casa. "Agora ele tem que renunciar. É ridículo a gente caminhar na rua, porque a opinião pública nos olha com deboche. Já estão querendo extinguir o Senado. A opinião pública está sentindo que o Sarney só tem uma saída: ele tem que renunciar", disse Simon, após encontro com o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), no Senado.

"Ele fez grandes atos na vida, foi presidente da República, governador, convocou a Constituinte, é dono do Maranhão, dono do Amapá, mas tem um momento que o homem tem que parar", continuou. Simon, que faz parte da Ordem Franciscana, disse que todos os dias está rezando por Sarney, para que Deus o ajude na condução da crise. "Sou franciscano. E São Francisco nos ensinou que, antes de dormir, nós devemos rezar por alguém que (com quem) temos resistência, temos mágoa. E todos os dias estou rezando pelo Sarney, para que Deus o ajude", contou o senador.

Cristovam Buarque e Pedro Simon devem encaminhar ainda hoje um ofício ao presidente do Conselho de Ética, senador Paulo Duque (PMDB-RJ), pedindo uma convocação urgente do colegiado. "Mandaremos um ofício ao Paulo Duque para que não espere até agosto. Devemos reunir o conselho nem que seja este fim de semana. Inclusive recebi ligações de senadores do conselho se colocando à disposição da reunião", declarou o pedetista.

Pesam contra Sarney no Conselho de Ética quatro denúncias e duas representações que o responsabilizam pela edição de atos secretos no Senado e questionam a participação dele em um suposto esquema de desvio de dinheiro de incentivo cultural da Petrobras para a Fundação José Sarney. A próxima reunião do conselho está marcada para o dia 4 de agosto, se não houver nenhuma convocação extra.

Sindicância das passagens resulta em processo contra 44 servidores

Corregedoria deve investigar eventual colaboração de deputados, citados por assessores

Eduardo Militão Congresso em Foco

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), anunciou, na tarde desta quinta-feira (23), que abriu processo administrativo disciplinar contra 44* servidores e ex-servidores da Casa depois de ler relatório da Comissão de Sindicância para a apurar a venda de créditos de passagens aéreas de deputados. O documento foi entregue nesta manhã a ele e as quatro sugestões da sindicância já "foram tomadas", segundo nota de Temer.

Toda a documentação levantada pela comissão foi entregue também à Corregedoria da Câmara. Isso porque há deputados citados por funcionários como supostos colaboradores no esquema de venda de créditos de passagens e alguns outros pediram investigação contra si mesmos, segundo a assessoria da presidência. Entretanto, os parlamentares citados não foram ouvidos pelos membros da comissão. Segundo a assessoria, por esse motivo, a íntegra do relatório não será divulgada.

A sindicância foi aberta após série de reportagens do Congresso em Foco sobre o escândalo das passagens.

O relatório foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF). Isso porque o presidente da corte, ministro Gilmar Mendes, solicitou uma investigação do caso, após o Congresso em Foco mostrar que ele tinha voado, mesmo pagando por seu bilhete, na cota do deputado Paulo Roberto (PTB-RS).

O material também foi encaminhado ao Ministério Público Federal, que apura em seis inquéritos o uso das passagens aéreas dos parlamentares.

Michel Temer está em São Paulo de posse do relatório e pode conceder uma entrevista coletiva para tratar do assunto ainda hoje.

Família Sarney usa Senado como urinol. E "Deus te abençoe"

Claudio Abramo - IG

As gravações de diálogos vazados pela Polícia Federal em que a neta do senador José Sarney, o filho do senador e o próprio parlamentar discutem a contratação do namorado da neta no lugar de outro representante da família, irmão da moça, o qual saía do Senado, desenham um retrato acabado de como essa gente trata o espaço público. A saber, como se fosse o urinol da Fundação Sarney.

A família Sarney é temente a Deus. Todas as conversas em que se combinou o tráfico de influência do senador Sarney para garantir o cabide para o mancebo da moça é também lugar em que terminam com a frase "Deus te abençoe".

Ou talvez esse seja o apelido familiar do patriarca.

É certo que no Senado existem diversas outras divindades do mesmo tipo. Como não é incomum que senadores mantenham relações com indivíduos de índole semelhante à do que o filho de Sarney, é praticamente garantido que muitos também estejam sendo alvo de investigações, podendo-se conjecturar que também existam gravações de conversas dessas pessoas em que seus patronos senatoriais sejam mencionados em circunstâncias tão ou mais vexatórias quanto Sarney.

Alguns eventuais visitantes poderão protestar quanto ao parágrafo anterior, integralmente construído em torno de suposições. Interpretarão que as conjecturas levam areia ao caminhãozinho do descrédito do Senado.

Outros possivelmente serão mais condescendentes com este que escreve e raciocinarão, como este, do sentido de que a relação de causa e efeito dá-se na direção oposta.

A saber, que o descrédito que afeta o Senado (e não apenas este, mas também a chamada "classe política" de modo geral) justifica as mais extraordinárias especulações a respeito do comportamento de seus integrantes.

Não apenas no episódio dos atos secretos do Senado, mas também no escândalo recente da farra das passagens na Câmara dos Deputados (e Senado) e em outras ocorrências exemplificadas neste espaço nos últimos dias, testemunha-se a sistemática invasão dos espaços legislativos por verdadeiras quadrilhas de aventureiros, alimentadas pela cumplicidade do poder Executivo dos três níveis de governo.

É claro que, em meio ao lamaçal, há quem escape e procure conduzir seu mandato de forma digna. O comportamento destes, contudo, é obliterado pela desfaçatez generalizada.

De modo que a carência completa de prestígio que afeta as instituições legislativas é justificadíssima.

Já se escreveu aqui que isso configura uma crise institucional.

A expressão "crise institucional" é desgastada pelo mau uso. Afirma-se que se abate uma crise institucional a cada vez que um ministro do STF diz algo, ou que o

presidente da República faz isto ou aquilo, ou quando o Ministério Público reclama do Judiciário. Nada disso configura realmente crise institucional.

O que a configura é a circunstância de a população perder a confiança nas instituições e passar a desconsiderá-las. Abre-se espaço para o descumprimento sistemático das regras e das leis.

Dado o panorama brasileiro, alguém realmente duvida de que o gangsterismo político alimentado pelos partidos e inflado pelo poder Executivo tenha produzido tal crise?

CONEXÃO BRASÍLIA – ANDRÉ GONÇALVES – GAZETA DO POVO

Gincana pela informação

No começo do século passado, o juiz da Suprema Corte dos EUA, Louis Brandeis (1856-1941), eternizou em uma frase a importância da transparência para a administração pública. “A luz do sol é o melhor desinfetante”, disse o “advogado do povo”, apelido que ganhou pela atuação em causas sociais.

O tempo passa e o conceito fica cada vez mais atual. Se fosse brasileiro, Brandeis teria dado três voltas no caixão ao saber dos atos secretos do Senado. Sacolejaria ainda mais caso tivesse nascido no Paraná e descobrisse o sumiço dos Diários Oficiais da Assembleia Legislativa.

Ambos os casos mostram que, embora nunca tenham ouvido falar nesse tal Brandeis, grande parte dos políticos brasileiros interpreta ao pé da letra o que ele ensinou. Ao impedir o acesso à informação, eles mantêm a sujeira que desejarem embaixo do tapete.

Mas o que eles têm tanto a esconder? No caso dos senadores, os 663 atos secretos tratavam de contratações, promoções e exonerações de funcionários.

Ou seja, havia o interesse de não deixar que você, aquele que carrega nas costas uma das mais altas cargas tributárias do planeta, soubesse o que eles faziam com o seu dinheiro. Um descalabro insustentável, que acabou remediado ontem com a anulação de todas essas decisões.

No Paraná, entretanto, a história é outra. Para os dirigentes da Assembleia, não disponibilizar aos cidadãos os diários não é a mesma coisa que guardar segredo. Como revelou a Gazeta do Povo no domingo passado, há 11 meses todas as edições dos diários anteriores a 2008 foram levadas para encadernação em uma gráfica. Só que a Assembleia não informa o nome dessa empresa e, o que é ainda pior, não mantém arquivos públicos com as edições mais recentes.

Ontem, o presidente da Casa, Nelson Justus (DEM), chegou a ironizar a reportagem. Ao mesmo tempo em que José Sarney (PMDB-AP) anulava os atos secretos do Senado em Brasília, disse que faltou “competência” para que os repórteres da Gazeta encontrassem as edições.

Usou como exemplo uma matéria da Folha de Londrina, publicada no mesmo fim de semana, que citou como fonte os diários. Só que a autora do texto também não encontrou as edições em uma biblioteca, mas por meio de um informante que preferiu não revelar. Em outras palavras, Justus deixou claro que quem quiser saber o que se passa na Assembleia precisa se esforçar – e bastante.

Com esse raciocínio, resumiu a busca por informações públicas a uma espécie de gincana entre jornalistas. Mas e o cidadão comum, o que sustenta os deputados, como é que fica?

Não fica. Se um repórter que é treinado para xeretar não consegue encontrar os diários, imagina uma dona de casa que nunca foi ao Centro Cívico.

Ao tratar da transparência, seria muito bom se os políticos deixassem de se preocupar apenas com a imprensa. Afinal, o objetivo dela não é sair bonito nos jornais, mas prestar contas do que é feito com o dinheiro público e, essencialmente, fortalecer a democracia.

E em meio a tantos segredos, há sempre os que dizem que a política brasileira – e a paranaense - precisam de limpeza profunda. Na verdade, como prescreveu Brandeis, sol abundante já seria suficiente.

Brasília é a capital da impunidade – ou o longo tapete da Terra do Nunca

Editorial Noticentro - Já disse um poeta que a Terra do Nunca é aqui: “nunca se pune, nunca se julga, nunca se prende, nunca se é honesto, nunca se fala a verdade” e por aí vai a poesia. E na vida real, algo muda? Há algo de novo que justifique um fio de esperança? Ética, mas o que é isso? Honestidade, probidade, vergonha na cara... isso passa longe do poder. Que fede muito e fede tanto mais quanto tentam encontrar justificativas para os deslizes. Parece que aos poderosos é proibido julgar e punir. O poder fascina tanto que até os sem-plural já deitam sabença, pitacos nefelibatas, até sobre filosofia, se bem que mais afeitos aos botequins da vida palaciana, onde tudo é fantasia, até a inteligência - algumas artificiais - quando assessores e assessoras escrevem discursos que, lidos, não passam boa interpretação por quem os lê maquinalmente. E ainda querem cobrar racionalidade dos políticos. Ora, tenham dó da alma do povo. Isso lá é coisa que se diga para quem só legisla em causa própria, em alguns casos, empregos a parentes? Quem espera coerência que sente por um século. Isso não existe para aqueles que não só se sentem, mas estão efetivamente, acima do bem e do mal. Ao povão, esse que sobrevive na inocência dos anjos, que meta botões nos bolsos, que a mordida da de nova CPMF vem aí para sustentar a camarilha institucionalizada instalada há mais de quinhentos anos e que passa de pai para filho, mãe, sogra, genro e até namorados das netas ou filhos de presidente alçados, de pé-de-chinelo, a grandeza empresarial pela simples bondade de quem responde a dúzia de processos por corrupção. Para essa gente o Brasil é um longo tapete para seus berços esplêndidos...

As confabulações tucanas

Celso Nascimento – Gazeta do Povo

Fontes da cúpula nacional tucana, ouvidas ontem pela coluna, revelaram que o PSDB continua trabalhando sobre três hipóteses para definir quem será o candidato do partido a governador do Paraná. Uma dessas hipóteses é seguir a tendência das pesquisas, o que pode favorecer Beto Richa. Outra, é optar pelo senador Alvaro Dias para manter Curitiba em mãos de um prefeito tucano. E a terceira é restabelecer a aliança com o PDT e apoiar o candidato Osmar Dias.

Não há pressa nessa definição, dizem as mesmas fontes. O mais importante será avaliar, enquanto houver tempo, qual das opções mais favorecerá o projeto de eleger Serra presidente. Por enquanto, a única definição existente é de que a palavra final caberá à direção nacional – e sempre sob a perspectiva do que for mais conveniente para o projeto de tirar a Presidência das mãos do PT e recolocar um tucano no Palácio do Planalto.

Os comandantes tucanos dizem não desconhecer o potencial de Beto Richa. Para eles, considerando os dados atuais, o prefeito teria condições de suplantiar nas urnas todos os demais candidatos, incluindo Osmar Dias, e eleger-se governador com certa tranquilidade. Entretanto, na avaliação deles, isto não seria o mais importante, pois não responde integralmente à pergunta mais crucial: o bom desempenho de Richa no Paraná vai ajudar Serra?

Sob este ponto de vista, analisam os dirigentes tucanos que o lançamento de Richa fatalmente forçará o senador Osmar Dias a aliar-se ao PT, transferindo para a ministra Dilma Rousseff, adversária de Serra, um caminhão de votos no Paraná. Além disso, tende a neutralizar a participação do senador Alvaro Dias no processo, que não trabalhará contra o irmão Osmar ou, no mínimo, não fará nada que o atrapalhe.

Então, por mais que Beto Richa seja eleito governador, sua candidatura poderá representar prejuízos para o projeto de reduzir a votação de Dilma no Paraná e, conseqüentemente, para uma melhor votação de Serra.

Por isso permanece sobre a mesa a ideia de manter Alvaro Dias em lugar privilegiado na cesta de opções do PSDB. Primeiro porque se for candidato, mediante um bem articulado acordo, o irmão Osmar Dias poderá ser levado a desistir da própria candidatura. Teria como opção receber todo o apoio para se reeleger senador e, em caso de vitória de Serra, ser guindado ao Ministério da Agricultura.

Mas a melhor consequência da alternativa Alvaro, na visão das mesmas fontes de Brasília, é que a desistência de Osmar deixaria Dilma Rousseff “a pé” no Paraná. O

PT teria de lançar candidato de suas fileiras, provavelmente o ministro Paulo Bernardo, para dar palanque à ministra – mas por maior prestígio que tenha, o próprio ministro julga não dispor da mesma densidade eleitoral de Osmar. Por isso mesmo, aliás, tornou-se um dos principais articuladores da aliança PT-PDT no Paraná, por orientação do presidente Lula.

Aliança

A terceira alternativa do PSDB é recompor a aliança com o PDT e com os demais partidos que compuseram a quase vitoriosa frente de oposição da campanha de 2006, quebrada desde que Richa entusiasmou-se com a própria candidatura. Teria, em princípio, o mesmo importante efeito de tirar de Dilma o palanque de Osmar, mas, em compensação, teria o defeito de levar o governador Roberto Requião a oferecer ao PT a estrutura sólida que o PMDB dispõe no estado, apesar da fragilidade até agora demonstrada pelo candidato do partido ao governo, o vice Orlando Pessuti.

Pessoalmente, no entanto, o candidato José Serra imagina que, seja com Alvaro, seja com Osmar, o PMDB do Paraná não lhe fugiria das suas mãos – pelo menos não totalmente. O que não se daria, em nenhum nível, se o candidato for Beto Richa, que o alto escalão peemedebista paranaense escolheu como principal inimigo a ser combatido. Assim, o tabuleiro de xadrez que Serra e o PSDB têm à sua frente levam-nos a pensar em como serão os próximos movimentos, pois a eventual preterição do prefeito também apresenta riscos.

Olho Vivo

Pesquisa 1

O líder tucano na Assembleia, deputado Ademar Traiano, ficou muito irritado – a ponto até de desferir ofensas de caráter pessoal – com análise da pesquisa Ibope/BandNews publicada por esta coluna. Segundo ele, a coluna errou ao afirmar que Beto Richa, que apareceu na pesquisa com 63% a 65%, teria perdido eleitores em relação aos 77% que teve nas urnas.

Pesquisa 2

Segundo o deputado, o erro consistiu em comparar os votos válidos da eleição com os índices da pesquisa. Estes incluíam os entrevistados que não responderam às perguntas ou que ainda não sabem em quem votar em 2010. O PSDB julga previamente que estes eleitores votarão em branco ou nulo.

FENASPS